



Anais da Assembléia

Nº 162

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 02 DE OUTUBRO DE 1997.

ANO XXIII

Mesa Diretora

ANIBAL KHURY
Presidente - PTB

LUIZ CARLOS ZUK
1º Vice-Presidente - PDT

NEIVO BERALDIN
2º Vice-Presidente - PP

LUIZ CLAUDIO ROMANELLI
3º Vice-Presidente - PMDB

LUIZ CARLOS MARTINS
1º Secretário - PDT

NELSON GARCIA
2º Secretário - PFL

ANTONIO ANNIBELLI
3º Secretário - PSDB

IRONDI PUGLIESI
4º Secretária - PPB

ANGELO VANHONI
5º Secretário - PT

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Governo	Deputado Valdir Rossoni
PFL	Deputado Plauto Miró
PTB	Deputado Ademar Traiano
PMDB	Deputado Orlando Pessuti
PPB	Deputado Augustinho Zucchi
PT	Deputado Péricles H. de Mello
PDT	Deputado Edgar Bueno
PL	Deputado Horácio Rodrigues
PSN	Deputado Emerson Nerone
PSDB	

Representação Partidária

PFL - 18: Aníbal Khury - Basílio Zarusso - Cleiton Cristóstomo - Durval Amaral - Edno Guimarães - Eduardo Trevisan - Élio Rusch - Geraldo Cartório - Hidekazu Takayama - Jílilio Ando - Luiz Carlos Alborghetti - Luiz Carlos Martins - Marquinhos Alves - Milton Puppio - Nelson Garcia - Nelson Tureck - Plauto Miró Guimarães - Reny Borsatto - Walnor Trentini; PTB - 11: Ademar Traiano - Albanor Gomes - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Joel Coimbra - José Tavares - Luiz Accorsi - Ricardo Chab - Valdir Rossoni; PMDB - 08: Antonio Annibelli - Catto Quintana - Luiz Claudio Romanelli - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Renato Adur - Sâmis da Silva - Toti Colaço; PPB - 07: Augustinho Zucchi - César Seleme - Duílio Genari - Edson Silva Lino - Irondi Pugliesi - João Techy Filho - Neivo Beraldin; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Florisvaldo Fier - Irineu Colombo - Péricles Mello; PDT - 02: Edgar Bueno, Luiz Carlos Zuk; PSDB - 02: José Maria Ferreira - Sérgio Spada; PL - 01: Horácio Rodrigues; PSN - 01: Emerson Nerone.

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA

13ª LEGISLATURA

ATA DA 100ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 02 DE OUTUBRO DE 1997

(QUINTA-FEIRA)

Presidência do Sr. Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Srs. Deputados Júlio Ando e Plauto Miró Guimarães.

As dez horas, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Anibal Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Antonio Annibelli, Irondi Pugliesi, Ângelo Vannoni, Ademar Traiano, Albanor Gomes, Augustinho Zucchi, Basílio Zanusso, Beto Richa, Caio Quintana, Carlos Simões, César Seleme, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edno Guimarães, Edson Lino, Eduardo Trevisan, Elío Busch, Emerson Nerone, Doutor Rosinha, Geraldo Cartário, Hidekazu Takayama, Horácio Rodrigues, Irineu Colombo, João Techy, Joel Coimbra, José Maria Ferreira, José Tavares, Júlio Ando, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Marquinhos Alves, Miltinho Puppio, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Reny Borsatto, Ricardo Chab, Sâmis da Silva, Sérgio Spada, Toti Colaço, Valdir Rossoni e Walmar Trentini (54).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede a leitura da ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede a leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 2193

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, pedido de votação em regime de urgência, do Projeto de Decreto Legislativo nº 008/97.

Sala das Sessões, em 02.10.97.

(a) DOUTOR ROSINHA

REQUERIMENTO Nº 2204

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, e com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final, aos projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente Sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 02.10.97.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 2196

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a retirada por 10 sessões do item 01, 2ª discussão do Projeto de Lei nº 249/97, de autoria do Deputado Ademar Traiano, constante da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária (02/10).

Sala das Sessões, em 02.10.97.

(a) VALDIR ROSSONI

REQUERIMENTO Nº 2195

Senhor Presidente.

O Deputado que este subcreve, com base no Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, a diminuição de interstício para a realização de Sessões Extraordinárias, logo após a presente Sessão Ordinária, para apreciação de matérias aprovadas ou outras a serem incluídas.

Sala das Sessões, em 02.10.97.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 2194

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o douto Plenário, respeitosamente REQUER, que seja consignado voto de congratulações à jovem Adriana Cunha Vargas, de 18 anos, nascida em Mamborê, filha de Ana Maria Cunha Vargas e Altino Vargas, eleita Miss COMCAM - Comunidade dos Municípios da Região de Campo Mourão, em concurso realizado nas dependências do Country Club de Campo Mourão.

Requer ainda, que da decisão desta Casa, seja dada ciência à família (Av. Paulino Ferreira Messias, 494, CEP 87.340-000 - Mamborê - PR).

Sala das Sessões, em 02.10.97.

(a) NELSON TURECK

REQUERIMENTO Nº 2199

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o douto Plenário, respeitosamente REQUER, que seja enviado ao Município de Arapongas, votos de congratulações pela passagem de seu aniversário, no dia 10/10.

Sala das Sessões, em 02.10.97.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

REQUERIMENTO Nº 2200

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o douto Plenário, respeitosamente REQUER, que seja enviado ao Município de Jataizinho, votos de congratulações pela passagem de seu aniversário, no dia 10/10.

Sala das Sessões, em 02.10.97.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

REQUERIMENTO Nº 2201

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o douto Plenário, respeitosamente REQUER, que seja enviado ao Município de Santa Mariana, votos de congratulações pela passagem de seu aniversário, no dia 11/10.

Sala das Sessões, em 02.10.97.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

REQUERIMENTO Nº 2202

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o douto Plenário, respeitosamente REQUER, que seja enviado ao Município de Cambé, votos de congratulações pela passagem de seu aniversário, no dia 11/10.

Sala das Sessões, em 02.10.97.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

REQUERIMENTO Nº 2197

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto e soberano Plenário, seja enviado expediente ao Exmo. Sr. Alexandre Fontana Beltrão, Secretário de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, solicitando estudos para viabilizar a implantação do Curso de Fisioterapia na FECLI/UNICENTRO, no Município de Irati.

A história é uma ciência que precisa de agentes. Todos que vivemos na região de abrangência da UNICENTRO, que fizemos parte da sua luta e que hoje se vê reconhecida, integramos a sua. Foram dez anos de luta e o dobro de sonhos que culminaram com a conquista da Universidade.

O campus da FECLI, em Irati, funciona nas amplas instalações do antigo Seminário Santa Maria. Atualmente oferta 4 cursos de graduação a vários de especialização, e está na iminência da implantação do curso de Educação Física. O curso de Fisioterapia, possui disciplinas correlatas com o curso de Educação Física, como anatomia, fisiologia, etc.

Há duas décadas a faculdade de Irati, integrada com outros órgãos, atua de diversas formas junto a pessoas portadoras de deficiências e com outras questões pertinentes à reabilitação. Desta forma, praticamente todos os recursos humanos, em termos de professores na área, são formados por este Centro Universitário.

Esse legado culminou com a criação dos cursos em nível de estudos adicionais, da habilitação em Educação Especial, no curso de Pedagogia (única no Estado) e de uma proposta diferenciada no curso de Educação Física, que contempla a área de reabilitação, sem mencionar as duas edições do curso de pós-graduação (especialização) em Educação Especial.

Além disso, diante dos recursos existentes e necessários para os cursos de Pedagogia, Educação Física e Fisioterapia, considerando que o primeiro já encontra-se devidamente implantado; o segundo, tem seu projeto já concluído e o terceiro, em fase adiantada de elaboração.

Em relação aos recursos existentes em Irati para a área de reabilitação, temos, além dos recursos humanos (11 profissionais de diversas áreas na instituição, com experiência entre 5 e 30 anos), o espaço físico, que permite inúmeros projetos de acessibilidade e atendimento (como a criação de clínica-escola, já prevista no orçamento para 1998) e a estrutura de atendimento da região (APAEs, APADEF, ASPADA, Centro de Educação Precoce, Classes Especiais em todas as áreas, Clínicas e Centro de Reabilitação, Consórcio Intermunicipal de Saúde, CAIC, Hospitais da região, entre outros). Quanto aos recursos planejados, temos: Laboratório de Anatomia, cujo projeto está em andamento; Laboratório de Medidas de Avaliação e Fisiologia do Esforço; Laboratório de Fisiologia; Projeto da

Universidade da 3ª Idade, já em andamento, e alguns eventos permanentes já implantados.

Esta reivindicação, parte de um segmento importantíssimo de nosso município, que trata-se do Rotary Club - Distrito 4730, com o total aceite da direção, departamentos, corpos docente e discente da FECLI, e que tem plena acolhida por parte deste Parlamentar, e esperamos merecer a melhor das atenções de Vossa Excelência.

Sala das Sessões, em 02.10.97.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO Nº 2203

Senhor Presidente.

O Deputado que abaixo subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após oitiva do douto e soberano Plenário, seja enviado expediente ao Estado Maior da Polícia Militar, Cel. PM Luis Fernando de Lara, e ao Comando Geral da Polícia Rodoviária Estadual, Mj. PM José Cavallin de Lima, com o objetivo de solicitarmos a manutenção do Batalhão de Polícia Rodoviária Estadual na Cidade de Paranavaí.

A presente solicitação é uma justa reivindicação da população do Município de Paranavaí, cidade que tenho a honra de representar, e sendo o maior município da Região Noroeste, tem todo o interesse em permanecer abrigando aquele destacamento e o seu efetivo, conforme justificativa em anexo.

Sala das Sessões, em 02.10.97.

(a) WALMOR TRENTINI

JUSTIFICATIVA:

Em recente visita ao Município de Paranavaí e demais municípios da Região Noroeste, chegou ao meu conhecimento que se pretende desmobilizar o Batalhão da Polícia Rodoviária Estadual, para o Município de Nova Esperança.

Ocorre que Paranavaí, hoje, encontra-se em vias de se tornar Pólo Industrial da Região Noroeste, conforme projeto de lei de minha autoria, que tramita nesta Casa de Leis, e naquela região do Estado, é o maior município em importância econômica e número de população.

Em que pese sua importância econômica, temos ainda que a maioria do efetivo daquele batalhão reside e/ou estuda em nosso município, e tal desmobilização traria grandes transtornos àquele efetivo.

Desta forma, requeremos a manutenção do Batalhão de Polícia Rodoviária Estadual no Município de Paranavaí, pela importância que esta medida representa para o nosso município.

Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 510/97
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica instituído o dia 1º de outubro, como "Dia do Vereador", no âmbito do Estado do Paraná.

Parágrafo Único - Neste dia, as Câmaras e Prefeituras Municipais poderão promover iniciativas que comemorem a efeméride.

Art. 2º - A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 02.10.97.

(a) TOTI COLAÇO

JUSTIFICATIVA:

A Lei nº 7212, de 20 de julho de 1984, promulgada pelo Congresso Nacional, determinou o 1º de outubro como "Dia Nacional do Vereador".

Nesta data, em 1º de outubro de 1828, sua majestade o Imperador D. Pedro I, deu autonomia às Câmaras Municipais.

O dia 1º de outubro, que é comemorado em todas as Câmaras e Prefeituras Municipais brasileiras, também deve ser motivo de júbilo nesta Casa de Leis, oferecendo aos Srs. Deputados oportunidade de se congratularem com os Edis do nosso Estado, enaltecendo-os, como forma de reconhecimento de sua luta em prol do desenvolvimento das regiões interioranas, que constituem a base e o sustentáculo do progresso nacional.

Ao evocar a data, através de lei estadual, dando consequência à Lei nº 7212, de 20/07/1984, pela qual se oficializou essa comemoração, temos como objetivo reavivar a própria memória nacional, reverenciando o mérito, o vigor, a excelência da atuação das Câmaras Municipais, como gênese de todas as instituições representativas da vontade nacional e fator vital de consolidação da democracia.

Vereador é palavra originária do verbo verear, significa aquele que vigia e zela pelos interesses da comunidade. Residindo na cidade que representa e que o elegeu, condição que o torna mais participante da vida comunitária, é o vereador, decididamente, entre os três níveis de representação popular (Câmara Municipal, Assembléia Legislativa e as egrégias Casas componentes do Congresso Nacional) quem melhor vivencia os problemas de sua comunidade, e é esse o contato mais pró-

ximo do eleitorado e do povo, cotidianamente, que faz verdadeira e legítima a assertiva de que o município é a célula básica, a essência da nacionalidade, especialmente no que respeita a sua representação legislativa.

Assim, no dia 1º de outubro, quando se comemora o Dia Nacional do Vereador, o Estado do Paraná também fará homenagens a tão importante e necessária classe política.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - No Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Sr. Presidente e Srs. Deputados.

Foi, de certa forma com uma preocupação renovada, que pudemos ler nos jornais de ontem, sobre o acordo que teria assinado, ou melhor, que assinou o Governador Jaime Lerner com o Ministro da Fazenda, Pedro Mallan, acerca da rolagem da dívida do Estado do Paraná. Os jornais, inclusive, na maneira como colocaram a notícia, não reproduziram, na minha opinião, a verdade verdadeira, se assim poderíamos dizer, dos fatos, porque quando fala na rolagem da dívida mobiliária de mais de 400 milhões, diz que essa dívida são dos Governos Requião e Álvaro Dias.

Todos sabemos, e recentemente tivemos aqui na Assembléia, uma ampla discussão sobre isso, quando aprovamos aqui uma autorização para rolagem, se não me falha a memória, de 152 milhões, que essa dívida mobiliária é anterior ao Governo do hoje Senador Roberto Requião, são dívidas anteriores ao Governo de Roberto Requião, são dívidas da época do Governo José Richa, da época do Governo Álvaro Dias, da época do Governo Ney Braga, e talvez até da época do Governo Jaime Canet Júnior; mas não são, é bom que se diga, dívidas da época do Governador Roberto Requião.

Uma outra preocupação que veio com essa notícia, diz respeito que nesta rolagem da dívida de 2 bilhões e 300 milhões, estaria incluída a rolagem da dívida do BANESTADO, de cerca de 1 bilhão e 900 milhões.

Tenho me preocupado muito com as questões do BANESTADO. Tenho me preocupado muito com o futuro dessa instituição, e tenho conversado muito com pessoas ligadas hoje ao BANESTADO, e que já estiveram ligadas ao Banco na condição de funcionários, diretores em outras épocas. E todos eles, alguns inclusive que participam hoje do Con-

selho Administrativo do Banco, são veementes ao afirmar que o Banco do Estado do Paraná, não tem essa dívida de 1 bilhão e 900 milhões, e que essa dívida certamente estaria a abaixo da casa de 1 bilhão, e que, na minha avaliação, e dessas pessoas com quem tenho conversado, essa privatização do Banco não tem nenhum sentido, a não ser que exista uma vontade ferrenha do nosso governador em privatizar o Banco, mas não há necessidade de conduzirmos o processo da renegociação da dívida pela privatização, passando pela privatização do nosso Banco do Estado do Paraná, porque temos, com certeza, mecanismos de fazer a renegociação dessa dívida, sem que para isso tenhamos que privatizar o nosso Banco do Estado do Paraná.

Nesse sentido, ontem tivemos uma reunião com cerca de 10 ex-funcionários do Banco do Estado do Paraná, e com alguns funcionários atuais. Estamos, juntamente com o Deputado Ângelo Vanhoni, organizando uma reunião para o próximo dia 09 de outubro, aqui nas dependências da Assembléia Legislativa. Vamos ajustar a pauta dessa reunião, vamos ajustar o horário, e vamos convidar os Srs. Deputados para comparecerem, e convidar também todo o segmento produtivo do Paraná, prestador de serviço, segmento industrial, convidar os funcionários, ex-funcionários, para que possamos fazer um debate aberto, franco e sincero a respeito dessa questão.

E temos afirmado aqui, e vamos repetir: o que precisa ser feito em relação ao BANESTADO é o governo aportar recursos, é o governo dar as garantias para que essa renegociação da dívida possa acontecer, sem passar, obrigatoriamente, pela privatização.

O Governo de Mário Covas enfrentou as maiores dificuldades, mas assegurou a permanência do BANESPA como Banco público, oficial do Estado de São Paulo.

O que temos que fazer aqui, além disso, é continuar aquilo que já está sendo feito, aquilo que já foi feito conforme o que pude constatar em conversações que tive no decorrer desta semana com os atuais diretores e dirigentes da BANESTADO Leasing. O que tem que ser feito, é aquilo que já foi feito em cima de muitos ex-funcionários da BANESTADO Leasing, que foi puni-los exemplarmente, demitindo-os de suas atividades, após comprovada a irregularidade nas ações praticadas por essas pessoas.

Nós, que aqui temos comparecido, cobrando o posicionamento, é nossa

obrigação, como faço hoje, vir aqui e cumprimentar os atuais diretores da BANESTADO Leasing, pela postura que vêm adotando, no sentido de recuperar aquela instituição que foi manchada por uns poucos, que exemplarmente agora estão fora de lá, e certamente na justiça irão responder civil e criminalmente, pelos atos lesivos que praticaram essas pessoas, agora demitidas lá na BANESTADO Leasing.

Então, quero conclamar os Srs. Deputados, para que se somem a nós, junto com o Deputado Vanhoni vamos organizar esse evento aqui na Assembleia. Queremos discutir com profundidade a questão do BANESTADO, queremos conclamar aos funcionários atuais do BANESTADO, para que, como diz o gaúcho Caio Quintana, para como diz o gaúcho Walmor Trentini, que os funcionários não deem com os arreios, que eles permaneçam firmes, fortes, e com entusiasmo, porque o BANESTADO não poderá ser privatizado, em hipótese alguma. E a ação firme, a ação determinada dos funcionários atuais do BANESTADO, é que vai determinar o crescimento desse banco, o aquecimento das suas negociações, das suas operações, permitindo que ele permaneça numa condição firme, sólida e continue sendo o nosso Banco público, o Banco do Estado do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Não há mais oradores inscritos, nem no Pequeno, nem no Grande Expedientes. Passa-se ao Horário das Lideranças.

PSDB. (Declina)

PFL. (Declina)

PT. Com a palavra o Deputado Irineu Colombo.

O SR. IRINEU COLOMBO - Sr. Presidente e Srs. Deputados.

Vi na nossa Sessão Plenária de terça-feira, e na Sessão de ontem, manifestações dos Deputados governistas, no sentido de que o Paraná está industrializando-se e apontando uma perspectiva de arrecadação de mais impostos. Tem alguma coisa errada nessa informação, porque o Jornal Gazeta do Povo, de ontem, traz declarações do Secretário Giovani Gionedis, onde, na ocasião em que ele entrega a mensagem orçamentária à Assembleia Legislativa, diz que a previsão de arrecadação para 98, é menor do que a de 1997. Passam de 2 bilhões e 800 milhões, para 2 bilhões e 640 milhões.

Então, mostra, na verdade, o que falei naquela sessão de terça-feira, que estamos tendo um acúmulo de isen-

ções, um processo cumulativo de isenções associados à Lei Candir, associados à isenção para exportação dos produtos agrícolas, que o Paraná foi penalizado e não recebe retorno também do governo federal.

Enfim, é uma soma das políticas estaduais com a política do governo federal. E o resultado está aí, na queda da arrecadação.

Mas, o que me traz à tribuna, Sr. Presidente, é falar um pouco sobre as eleições dos diretores, que estão acontecendo nas escolas públicas do Paraná. As eleições dos diretores das escolas, em que pese alguns juristas, entenderem que é um cargo de confiança do Poder Executivo, já há uma súmula do Tribunal Superior de Justiça, em que entendem que, neste caso específico, havendo eleição, ao governo compete aceitar ou não aceitar a decisão de eleição, e nomeando o cargo de confiança. E a prática, em muitos e muitos Estados, eleição direta para diretores de escolas, e a sua posse feita pelo Governo do Estado, e a nomeação também.

No Estado do Paraná, isso tudo é regulado por um Decreto, por uma Portaria da Secretaria de Estado. Não temos lei que defina sobre isso. E, acontece que sempre as eleições de diretores, podem sofrer descontinuidade.

As normas para a eleição foram determinadas pela Secretaria de Estado da Educação, por meio da resolução nº 2800/97. Infelizmente, questões importantes como esta, continuam sendo alvo de decretos e resoluções, acarretando na falta de regras fixas de caráter sistemático e permanente.

O Partido dos Trabalhadores, entende e defende que, para viabilizar um processo mais democrático e com a efetiva participação da comunidade escolar, é necessário que a escolha de diretores dos estabelecimentos de ensino da rede pública estadual seja garantida por lei. Sr. Presidente, Srs. Deputados, já existe um projeto neste sentido tramitando nesta Casa. O projeto, de autoria do Deputado Florivaldo Fier, é resultado de uma ampla discussão com as entidades representativas do setor educacional e com a comunidade escolar.

Talvez, devido ao curto espaço de tempo, não seja possível analisar e provar esta lei para vigorar nesta eleição, mas a necessidade de pautar o debate sobre os critérios para a eleição de diretores, deve ser priorizada e garantida em lei. Com certeza, a aprovação da lei será o exercício da

cidadania" chegando definitivamente nas escolas paranaenses.

Mas, a nossa realidade é outra, bastante diferente da desejada por pais, alunos e professores. A resolução nº 2800/97, estipulou que a eleição será no dia 25 de outubro, e o prazo para registro de candidaturas termina no dia 10 deste mês. Lamentavelmente, esta mesma resolução, vetou a eleição na comunidade do maior colégio do Estado, o Colégio Estadual do Paraná. A decisão de não realizar a eleição no Colégio Estadual frustrou a maioria da comunidade escolar, em especial os alunos, que em uma pesquisa, mostraram-se amplamente favoráveis ao processo democrático de eleição direta para diretor. O resultado da pesquisa, Sr. Presidente, deixou claro a vontade que os jovens estudantes têm de participar e fortalecer os instrumentos bases da democracia. 78% deles manifestaram-se a favor da eleição para diretor, enquanto que apenas 10% foram contrários e 12% disseram não ter opinião a respeito do assunto.

Queremos que o Governo do Estado e a Secretaria de Educação levem em conta estes dados e possibilitem a eleição democrática no maior colégio do Paraná. Além disso, queremos que o governo assuma um compromisso com todas as comunidades escolares do Paraná, apoiando a aprovação do projeto de lei que garantirá regras claras e democráticas para a eleição de diretores do sistema estadual de ensino.

Muito obrigado, Sr. Presidente e Srs. Deputados pela atenção, e esperamos contar com o apoio de todos os senhores.

E por último, mudando de assunto, só para encerrar, Sr. Presidente, temos dois casos pitorescos de delegados aqui no Paraná. Primeiro, o Delegado Bradock, cheio de granadas, que diz o Governador que na hora em que viu o jornal, não teve jeito, teve que dispensá-lo da função em Querência do Norte. E o outro delegado, em Foz do Iguaçu, que mandou prender os "out doors". Informações que recebemos, é que continuam na delegacia os "out doors" sem documento de apresentação, sem mandado judicial e ainda a justiça não se pronunciou, apesar de ser provocada pelos sindicalistas daquela cidade.

Então, realmente, me parece que a truculência está sendo motivo de vergonha para a classe dos policiais, dos delegados do Estado do Paraná, por parte de alguns dos seus representantes na carreira de delegado do Estado.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra ao PTB.

Ao PMDB, ao Sr. Deputado Caíto Quintana.

Concedo a palavra ao PL.

À Liderança do Governo.

(Declinam)

Encerrado o Horário das Lideranças.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Toti Colaço, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2195, de autoria do Sr. Deputado Plauto Miró Guimarães, constante do expediente, solicitando a diminuição de interstício para a realização de Sessões Extraordinárias, logo após a presente Sessão Ordinária, para apreciação de matérias aprovadas ou outras a serem incluídas. **Aprovado.**

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

ITEM 01

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 249/97, de autoria do Deputado Ademir Luiz Traiano, que autoriza o Poder Executivo a doar área de propriedade do Governo do Estado à Prefeitura Municipal de Verê.

Sobre o referido projeto, Requerimento nº 2196, de autoria do Sr. Deputado Valdir Rossoni, constante do expediente, solicitando a retirada por 10 (dez) sessões. **Aprovado.** Fica portanto, adiada a discussão por 10 (dez) sessões do Projeto de Lei nº 249/97.

ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 456/97, de autoria do Deputado Hidetazu Takayama, que declara de Utilidade Pública o Departamento de Assistência Social da Igreja Assembléia de Deus de Arapoti/PR - DASIAPAR, com sede e foro na Cidade de Arapoti. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 457/97, de autoria do Deputado Hidetazu Takayama, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e

Mestres da Escola Estadual Professor Lauro Sangreman de Oliveira, com sede e foro no Município de Sengés. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 04

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 475/97, de autoria do Deputado Neivo Beraldin, que declara de Utilidade Pública a Associação Recreativa Unidos do Parque, com sede e foro no Município de São José dos Pinhais. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 154, de 23.09.97).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 475/97

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Neivo Beraldin, visa declarar de Utilidade Pública a Associação Recreativa Unidos do Parque, com sede e foro no Município de São José dos Pinhais.

Chamada esta comissão a se manifestar com relação ao aspecto legal, constitucional e regimental, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Sendo assim, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 30.09.97.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
CARLOS SIMÕES - Relator

ITEM 05

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 480/97, de autoria dos Deputados Anibal Khury e Edgar Bueno, que declara de Utilidade Pública a Federação Paranaense de Judô, com sede e foro no Município de Cascavel. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 154, de 23.09.97).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 480/97

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria dos Deputados Anibal Khury e Edgar Bueno, visa declarar de Utilidade Pública a Federação Paranaense de Judô de Cascavel.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade, constitucionalidade e técnica legislativa, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6994/78, que dá normas para a declaração de Utilidade Pública, somos de parecer favorável.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 30.09.97.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
CARLOS SIMÕES - Relator

ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 481/97, de autoria do Deputado Marquinhos Alves, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Mestres, Alunos e Amigos do Centro Municipal de Atendimento ao Deficiente Visual de Maringá - AMAADEVI. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 156, de 24.09.97).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 481/97

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Marquinhos Alves, visa declarar de Utilidade Pública a Associação de Mestres, Alunos e Amigos do Centro Municipal de Atendimento ao Deficiente Visual de Maringá - AMAADEVI.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação ao aspecto legal, constitucional e regimental, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Sala das Comissões, em 30.09.97.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
CARLOS SIMÕES - Relator

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (Pela Ordem) - Sr. Presidente, gostaria de fazer o registro da presença do ex-diretor do BANESTADO e do ex-Prefeito de Santo Antonio do Paraíso.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sobre a mesa, Requerimento nº 2193, de autoria do Sr. Deputado Dr. Rosinha, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2194, de autoria do Sr. Deputado Nelson Tureck, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2197, de autoria do Sr. Deputado Toti Colaço, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2199 a 2202, de autoria do Sr. Deputado José Maria Ferreira, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2203, de autoria do Sr. Deputado Walmor Trentini, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2204, de autoria do Sr. Deputado Plauto Miró Guimarães, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, de-
ro encerrada a presente Sessão,

marcando outra para segunda-feira, dia 06, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 503/97.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 461, 473, 475, 480 e 481/97.

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 020, 263, 433 e 445/97.

Levanta-se a sessão.

Atas das Comissões:

COMISSÃO DE FINANÇAS 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 13ª LEGISLATURA ATA DA 7ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos dezessete dias do mês de setembro de um mil novecentos e noventa e sete, reuniu-se extraordinariamente a Comissão de Finanças, na sala de reuniões das Comissões, presidida pelo Sr. Deputado Élio Rusch, mais a presença dos seguintes Srs. Deputados: Duílio Genari, Ademar Traiano, José Tavares, Edno Guimarães e Albanor Gomes. A seguir, o Sr. Presidente coloca em votação a Ata da última reunião, a qual foi aprovada por unanimidade. Não havendo expediente a ser lido, passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 447/97, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 051/97. Relator: Deputado Ademar Traiano. Parecer FAVORÁVEL. **Aprovado.** 02) Projeto de Lei nº 450/97, de autoria do Tribunal de Justiça. Relator: Deputado José Tavares. Parecer FAVORÁVEL. **Aprovado.** Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou a presente reunião, a qual vai assinada por ele, pelos Deputados presentes, e por mim, Wilson Penka, Secretário da Comissão.

(aa) ÉLIO RUSCH - Presidente
Wilson Penka - Secretário

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 13ª LEGISLATURA ATA DA 14ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e três dias do mês de setembro de um mil novecentos e noventa e sete, reuniu-se na sala de reuniões das Comissões da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Sr. Deputado Joel Coimbra, e com a presença dos seguintes Srs.

Deputados: José Tavares, Edgar Bueno, Walmor Trentini, Carlos Simões, Caíto Quintana, Duílio Genari, Florisvaldo Fier, José Maria Ferreira, Basílio Zannusso e mais o Deputado Orlando Pessuti. Havendo número legal, o Sr. Presidente deu por aberta a presente reunião, aprovando a ata da reunião anterior, após colocá-la em discussão e votação. Passa-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 090/97, de autoria do Deputado Luiz Carlos Alborghetti. Parecer FAVORÁVEL do Deputado José Tavares - **Aprovado**, com voto contrário do Deputado Florisvaldo Fier; 02) Projeto de Lei nº 161/97, de autoria do Deputado Luiz Accorsi. Parecer FAVORÁVEL do Deputado José Tavares - **Rejeitado** por 8 x 1 votos. O Sr. Presidente designará novo Relator; 03) Projeto de Lei nº 287/97, de autoria do Deputado Cezar Silvestri. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Edgar Bueno - **Aprovado**; 04) Projeto de Lei nº 391/97, de autoria do Deputado Basílio Zannusso. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Walmor Trentini - **Aprovado**; 05) Projeto de Lei nº 176/97, de autoria do Deputado Sâmis da Silva. O Deputado José Tavares solicita vistas. O Sr. Presidente determina, em virtude da complexidade da matéria, seja retirado o presente projeto de pauta. O Deputado Caíto Quintana solicita cópia para todos os Deputados da Comissão de Constituição e Justiça - **Deferido**; 06) Projeto de Lei nº 396/97, de autoria do Deputado Renato Adur. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Carlos Simões - **Aprovado**; 07) Projeto de Lei nº 469/97, de autoria do Deputado Orlando Pessuti. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Carlos Simões - **Aprovado**; 08) Projeto de Lei nº 260/97, de autoria do Deputado Nereu Moura. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Carlos Simões - **Aprovado**; 09) Projeto de Lei nº 081/97, de autoria do Deputado Orlando Pessuti. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Carlos Simões - **Aprovado**; 10) Projeto de Lei nº 458/97, de autoria do Deputado Hidekazu Takayama. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Carlos Simões - **Aprovado**; 11) Projeto de Lei nº 470/97, de autoria do Deputado Nelson Garcia. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Carlos Simões - **Aprovado**; 12) Projeto de Lei nº 456/97, de autoria do Deputado Hidekazu Takayama. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Carlos Simões - **Aprovado**; 13) Projeto de Lei nº 466/97, de autoria do Deputado Plauto Miró Guimarães Filho. Concedido vistas ao Deputado Florisvaldo Fier; 14) Projeto de Lei nº 457/97, de autoria do Deputado Hideka-

zu Takayama. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Carlos Simões - **Aprovado**; 15) Projeto de Lei nº 334/97, de autoria do Deputado Élio Lino Rusch. Concedido vistas aos Deputados Caíto Quintana e José Maria Ferreira; 16) Projeto de Lei nº 018/97, de autoria do Deputado Péricles de Holleben Mello. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Carlos Simões - **Aprovado**; 17) Projeto de Lei nº 043/97, de autoria do Deputado Sérgio Spada. O Deputado Relator Caíto Quintana solicita mais prazo para análise do referido projeto; 18) Projeto de Lei nº 094/97, de autoria do Deputado José Tavares. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Caíto Quintana - **Aprovado**; 19) Projeto de Lei nº 404/96, de autoria do Deputado Luiz Accorsi. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - **Aprovado**; 20) Projeto de Lei nº 091/97, de autoria do Deputado Luiz Accorsi. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Florisvaldo Fier - **Aprovado**; 21) Projeto de Lei nº 472/97, de autoria dos Deputados Anibal Khury e Joel Coimbra. Parecer FAVORÁVEL do Deputado José Maria Ferreira - **Aprovado**; 22) Projeto de Lei nº 375/97, de autoria do Deputado Luiz Carlos Alborghetti. Concedido vistas para os Deputados José Maria Ferreira e Caíto Quintana. Retificando na 12ª Ata Ordinária do dia 09.09.97, fls. 04, o item nº 34, passa a ser: 24) Projeto de Lei nº 244/96, de autoria do Deputado Luiz Accorsi. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Carlos Simões - **Aprovado**. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente deu por encerrados os trabalhos, que para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Sr. Presidente, pelos Srs. Deputados, e por mim, Ana Lucia Andretta, advogada e secretária de Comissão.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
Ana Lucia Andretta - Secretária

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
3ª SESSÃO LEGISLATIVA
DA 13ª LEGISLATURA
ATA DA 15ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos trinta dias do mês de setembro de um mil novecentos e noventa e sete, reuniu-se, na sala de reuniões das Comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Sr. Deputado Joel Coimbra, e com a presença dos seguintes Deputados: Ademar Traiano, Duílio Genari, José Maria Ferreira, Florisvaldo Fier, José Tavares, Carlos Simões, Edgar Bueno e mais o Deputado Orlando Pessu-

ti. Havendo número legal, o Sr. Presidente deu por aberta presente reunião, aprovando a ata da reunião anterior, após colocá-la em discussão e votação. Passa-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 445/97, de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado José Tavares - **Aprovado**; 02) Projeto de Lei nº 448/97, de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado José Tavares - **Aprovado**; 03) Projeto de Lei nº 485/97, de autoria do Deputado Walmor Trentini. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Carlos Simões - **Aprovado**; 04) Projeto de Lei nº 480/97 de autoria dos Deputados Anibal Khury e Edgar Bueno. Parecer FAVORÁVEL na forma da emenda, do Deputado Carlos Simões - **Aprovado**; 05) Projeto de Lei nº 263/97, de autoria do Deputado Ademar Luiz Traiano. Parecer FAVORÁVEL na forma da emenda, do Deputado Carlos Simões - **Aprovado**; 06) Projeto de Lei nº 461/97, de autoria do Deputado Cleiton Kielse Crisóstomo. Parecer FAVORÁVEL na forma da emenda, do Deputado Carlos Simões - **Aprovado**; 07) Projeto de Lei nº 467/97, de autoria do Deputado Eduardo Trevisan. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Carlos Simões - **Aprovado**; 08) Projeto de Lei nº 454/97 de autoria do Deputado Durval Amaral. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Carlos Simões - **Aprovado**; 09) Projeto de Lei nº 438/97, de autoria do Deputado Walmor Trentini. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Carlos Simões - **Aprovado**; 10) Projeto de Lei nº 475/97, de autoria do Deputado Neivo Beraldin. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Carlos Simões - **Aprovado**; 11) Projeto de Lei nº 481/97 de autoria do Deputado Marquinhos Alves. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Carlos Simões - **Aprovado**; 12) Projeto de Lei nº 433/97, de autoria do Deputado Nelson Garcia. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Carlos Simões - **Aprovado**; 13) Projeto de Lei nº 442/97, de autoria do Deputado Emerson Nerone. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Carlos Simões - **Aprovado**; 14) Projeto de Lei nº 161/97, de autoria do Deputado Luiz Accorsi. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Florisvaldo Fier - **Aprovado**. O Deputado Florisvaldo Fier solicita seja registrado em ata a presença dos estudantes militantes de organizações não governamentais em defesa do meio ambiente; 15) Projeto de Lei nº 127/97, de autoria do Deputado Luiz Accorsi. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Florisvaldo Fier - **Aprovado**; 16) Projeto de Lei nº 158/97, de autoria do Deputado Orlando Pessuti. O Sr. Presidente determina a retirada da matéria para que o

Deputado Florisvaldo Fier possa compatibilizar seu voto em separado ao parecer do Relator da matéria; 17) Projeto de Lei nº 220/97, de autoria do Deputado Luiz Accorsi. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Florisvaldo Fier. O Deputado Florisvaldo Fier apresenta dois requerimentos com relação à matéria (anexo). O Sr. Presidente recebe e defere; 18) Projeto de Lei nº 473/97, de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - **Aprovado**; 19) Projeto de Lei nº 446/97, de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Ademar Traiano - **Aprovado**; 20) Projeto

de Lei nº 466/97, de autoria do Deputado Plauto Miró Guimarães Filho. O Sr. Presidente determina seja retirado de pauta a presente matéria e concede vistas ao Deputado José Maria Ferreira. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente deu por encerrado os trabalhos, que para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente, pelos Srs. Deputados, e por mim, Ana Lucia Andretta, advogada e secretária de Comissão.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
Ana Lucia Andretta - Secretária